

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXIII • Nº 323 • Brasília-DF • Março - 2010
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625

Novas agressões ao Povo Tupinambá no Sul da Bahia

Página 4

Conselho do Cimi visita comunidades Guarani de MS e reafirma apoio e solidariedade na luta pela terra

Páginas 10, 11 e 12



Semana dos Povos Indígenas 2010

TERRA

Mercadoria ou vida?

Páginas 8, 9 e 16

A grande luta é pela terra!

Indios acampados na beira das estradas, outros presos, torturados, perseguidos. Muitos sem direito à saúde e educação de qualidade, outros correndo risco de perderem a terra por grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mas, qual o pano de fundo que abarca todas estas questões? A terra.

Lutando por seus territórios, os povos indígenas enfrentam a violência, a criminalização, a injustiça, a miséria. No mês de março, visitando aldeias no Mato Grosso do Sul, missionários do Cimi viram que a fome, a falta de estrutura e a discriminação acompanham esses indígenas que procuram viver em paz em suas terras, mas são impedidos pela pata do gado, pela soja e a cana.

Na Bahia, a batalha pela terra tradicional enfrenta policiais federais, fazendeiros, a mídia

local e políticos abastados. O resultado desse enfrentamento é a criminalização das lideranças do povo Tupinambá, que agora tem sua maior liderança presa, o cacique Babau. No Pará, a luta não é diferente: para defender suas terras, indígenas não querem a construção da Usina de Belo Monte. Para isso lutam contra o próprio governo, que não enxerga (ou não quer enxergar) os problemas que serão ocasionados por sua grande obra.

Nesta edição, o Porantim apresenta estes diferentes cenários de luta pela terra, que parece ser uma constante. Nas diversas situações, um sistema que prioriza a terra como dinheiro e não como vida. Um sistema que vai tentando amordaçar os povos indígenas e calar sua luta. Mas, a batalha pela terra continua, e nós estamos aqui para mostrá-la.



Quem anda armado?

“Eu ia deixar para assinar a medida no próximo dia 19, Dia do Índio, mas aí eu percebi que aqui ia haver muito índio e que algum deles podia estar armado e então decidi assinar logo”. (fala de Lula sobre a assinatura do Decreto que cria a Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena). O presidente Lula deveria saber que quem anda armado não são os índios, mas os jagunços e fazendeiros invasores das terras destes povos. As armas indígenas são de caça, as dos fazendeiros, de morte e ganância.

Avatar é aqui?

“(A usina) vai destruir as comunidades ribeirinhas, vai mudar o curso do rio. Está acontecendo como os ‘Navi’, povos estão sendo ameaçados. Eu imploro ao presidente Lula para reconsiderar esse projeto”. (James Cameron, diretor do filme Avatar, que esteve em Manaus participando do Fórum de Sustentabilidade). As vozes contra Belo Monte ganham adeptos internacionais (e famosos), mas nem assim o governo desiste da destruição.

Resistindo à prisão

“Se Babau se machucou, foi porque resistiu à prisão”, afirmou José Maria Fonseca, superintendente da PF na Bahia, acrescentando que a prisão foi efetuada na madrugada “para evitar conflitos com outros índios”. (Jornal A Tarde – BA). Além de sofrerem um forte processo de criminalização, os indígenas Tupinambá ainda enfrentam torturas e a desobediência de policiais federais ao Código de Processo Penal, que deixa claro que mandados de prisão não podem ser cumpridos no interior de residências durante o período da noite. Até quando o governo será conivente com tais violações dos direitos humanos?

MARIOSAN



ISSN 0102-0625

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 31/03/2010

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES

caritas



Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Maíra Heinen
EDITORA - RP 2238/GO

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
Benedito Prezia

Egon D. Heck
Nello Ruffaldi

Paulo Guimarães
Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3034-6279

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Ronay de Jesus Costa

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651

E-mail: editor.porantim@cimi.org.br
Cimi Internet: www.cimi.org.br
Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00
Ass. de apoio: R\$ 60,00
América latina: US\$ 40,00
Outros Países: US\$ 60,00

Povos indígenas e os desafios diante do atual modelo econômico brasileiro

Roberto Antônio Liebgott
Vice-presidente do Cimi

O Cimi, através da Semana dos Povos Indígenas de 2010, propõe uma reflexão acerca do modelo de desenvolvimento econômico em curso no Brasil e suas consequências para os povos indígenas, que reivindicam a garantia de direitos, de modo especial a demarcação de suas terras e seu usufruto exclusivo. O tema proposto para o debate é em forma de questão: “Terra: Mercadoria ou Vida?” e que, por sua vez, vincula-se com as reflexões propostas pela Campanha da Fraternidade - promovida pelas Igrejas Cristãs - que tem como lema: “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro”.

Na reflexão em torno desta questão proposta pelo Cimi, se consegue avaliar os limites e desafios de um modelo econômico que tem como eixo o uso indiscriminado dos recursos ambientais e hídricos existentes sobre a terra e no seu subsolo. É possível analisar se, na concepção desenvolvimentista do governo brasileiro, a terra é tratada como mercadoria ou como espaço de gestação, criação e manutenção da vida. Na visão dos povos indígenas, todos os seres vivos são gerados no ventre da “terra mãe” e, como tal, precisa ser amada, preservada e respeitada.

Numa breve leitura da realidade, se constata que as políticas seguem na contramão do que pensam os povos indígenas, pois os governos promovem o aceleramento da exploração das terras e seus recursos, leia-se PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Este programa quer, com exclusividade, a apropriação de tudo que é lucrativo, independentemente das consequências de curto, médio e longo prazo. Nele não importam as pessoas e os demais seres vivos. Interessa o lucro, que no capitalismo é centralizador e destina-se a poucos.

Como a terra tem valor apenas enquanto produto mercadológico, os seres existentes sobre ela são também definidos como aproveitáveis ou des-



cartáveis. Se forem úteis para o capital serão por ele utilizados enquanto mão-de-obra ou como parte do negócio. Caso contrário, transformam-se em entraves que precisam ser removidos. No caso dos povos indígenas, eles estão entre os que mais sofrem, pois sobre suas terras residem grandes interesses em função do potencial energético, de produtividade agrícola, minerária, ambiental e hídrica.

A ambição exploratória tem encontrado guarida e recursos no Tesouro Nacional. Grandes empresas têm sido beneficiadas com vultosos recursos financeiros, emprestados a juros módicos e com pagamentos em prazos a perder de vista. O IBAMA, órgão de fiscalização e de controle ambiental, foi transformado em instância carimbadora de licenças ambientais.

A consequência imediata de todo este rolo compressor para os povos indígenas é, além da negação de seus direitos, a transformação destes mesmos direitos inscritos na Constituição Federal em letra morta. As terras sobre as quais incidem interesses econômicos, não são demarcadas e aquelas que eventualmente tiveram seus procedimentos demarcatórios iniciados e/ou concluídos, são atacadas de maneira incondicional no Poder Judiciário. Este poder da República tem assegurado o bom êxito dos grandes empreendimentos propostos pelo governo e executados pela iniciativa privada, independentemente de sua legalidade e/ou legitimidade.

Ao tomar a defesa das políticas e das economias, o Poder Judiciário



acaba vinculando as leis aos interesses dos quais ele sofre influência. A função interpretativa das normas legais passa a ser realizada de forma parcial, deixando em segundo plano os direitos de comunidades indígenas, ribeirinhos, quilombolas. Os ataques desencadeados sobre o Artigo 231 da Constituição Federal são sistemáticos e têm um direcionamento especial, qual seja, assegurar a titulação privada sobre terras da União, que deveriam ser de usufruto exclusivo dos indígenas. O mesmo se pode aferir com relação às leis que protegem o meio ambiente, quando, independentemente dos danos que os empreendimentos causarão, as obras acabam avalizadas pelo Poder Judiciário. Exemplos disso são as hidrelétricas do Rio Madeira e a transposição do Rio São Francisco.

A leitura da realidade brasileira nos provoca a olhar também para o Poder Legislativo, onde os direitos constitucionais dos povos indígenas sofrem uma intensa e contínua oposição. Lá, na “casa do povo”, se concentram os maiores adversários dos povos indígenas. Tem sido no parlamento brasileiro o encontro de todos os que pretendem restringir a legislação indigenista e a Constituição Federal. Exemplos destes ataques são os diversos projetos de decretos legislativos (PDLs) que tentam sustar procedimentos demarcatórios implementados pelo Poder Executivo. Até mesmo a terra indígena Raposa Serra do Sol, que recentemente teve seu processo de homologação reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, é alvo

de dois PDLs que tentam sustar seu processo de demarcação.

Estas e outras propostas em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados visam confrontar os direitos constitucionais dos povos indígenas e tumultuar os procedimentos de demarcação que estão em curso ou a serem iniciados. Além disso, promovem um debate no qual os povos indígenas são apresentados como obstáculos ao “progresso” e não são convidados a opinar. Exemplo evidente disso é a PEC/03, que visa mudar a Constituição para possibilitar o pagamento pelas “terras nuas” a serem demarcadas e com isso beneficiar grileiros de áreas indígenas. A Constituição Federal veda a possibilidade de que terras demarcadas sejam indenizadas, uma vez que se constituem em patrimônio da União e os títulos incidentes sobre elas são declarados nulos.

É importante termos a exata compreensão das consequências que esse projeto desenvolvimentista em curso no Brasil causará às pessoas e à natureza. Os resultados ainda aparentes apontam para a deterioração das leis, a desterritorialização das terras e seus bens ambientais, minerais, a devastação dos recursos naturais, a contaminação das águas, a privatização de tudo aquilo que é bem comum – a natureza, o ar, a água, o livre trânsito –, a concentração de riquezas nas mãos de poucos indivíduos ou famílias e o ataque aos direitos das comunidades tradicionais.

O modelo coloca em risco a vida no planeta. As vidas que dão integralidade e harmonia são destruídas. E o exemplo propício para o momento é o povo Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Naquele estado os direitos humanos e constitucionais dos indígenas estão sendo duramente violados devido à ambição colonial capitalista. Lá “uma vaca, um boi ou uma saca de soja valem mais do que uma criança”. Esta é a denúncia proferida todos os dias por lideranças indígenas revoltadas com o tratamento que lhes é destinado pelos poderes públicos e por uma parcela significativa da sociedade. ■

Em todos os cantos do país, a luta pela terra e contra o poder econômico continuam

Novas agressões aos Tupinambá, no sul da Bahia

Comunidade da Serra do Padeiro acumula grande histórico de violência por parte da Polícia Federal

Cleyenne Cerqueira
Repórter

Na madrugada do dia 10 de março, cinco policiais federais fortemente armados arrombaram e invadiram a casa de Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau, na comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro. Segundo familiares, no momento de sua prisão, Babau foi violentamente agredido e ameaçado de morte. Durante depoimento a procuradores federais Babau reafirmou as agressões. As acusações do cacique foram confirmadas por dois exames de corpo de delito realizados após a prisão. Os peritos detectaram que Babau apresentava lesões nas costas e no rosto.

De acordo com membros da Comunidade Indígena da Serra do Padeiro, durante a ação policial parentes do cacique se esconderam debaixo da cama, com medo de sofrer abusos e agressões por parte da PF. Vários móveis da casa foram quebrados. Eles acreditam que, pela conduta dos policiais, a intenção era levar Babau sem ninguém perceber, agindo durante a madrugada e fechando as portas ao entrarem na casa. Durante a ação, os policiais o obrigaram a engolir um comprimido, que suspeitam pudesse ser um calmante.

A prisão de Babau, liderança que representa as cerca de 130 famílias que vivem na aldeia da Serra do Padeiro (município de Buerarema, e de Olivença, em Ilhéus) aconteceu em um momento de significativa tensão. No dia 8 de março, houve uma reunião com todos os caciques Tupinambá, da qual apenas Babau não participou. O encontro foi com delegados da PF na sede da Funai, em Ilhéus. Segundo informações de lideranças presentes nessa reunião, o assunto tratado foi a criação de mecanismos que procurem formas pacíficas durante os procedimentos de reintegração de posse de áreas ocupadas pelos indígenas.

O clima na Serra do Padeiro é de muita apreensão e Babau continua preso na sede da Polícia Federal em Salvador, embora sua prisão, ocorrida às 2h40 da manhã, seja considerada ilegal. Segundo o Código de Processo Penal, mandados de prisão não podem ser cumpridos no interior das casas durante a noite, o que aconteceu com Babau.

Histórico de agressões

Essa não foi a primeira agressão sofrida pelos Tupinambá. No dia 19 de fevereiro, indígenas da aldeia de Serra do Padeiro sofreram ataques e ameaças de fazendeiros da região. As agressões aconteceram durante manifestação dos



produtores locais contra a demarcação das terras Tupinambá.

José Domingos e Givaldo Jesus da Silva, indígenas Tupinambá, estavam na cidade de Buerarema vendendo a produção de farinha da comunidade. No mesmo local, na Praça Domingos Cabral, acontecia manifestação liderada por fazendeiros, que já há algum tempo vêm incitando a população contra os indígenas. Ao avistarem os indígenas na praça, os fazendeiros e seus simpatizantes perseguiram e ameaçaram José Domingos e Givaldo, destruindo os carros de sua comunidade.

Revoltada com as agressões, a comunidade deslocou-se para parte da área indígena demarcada, ainda em poder de um dos fazendeiros, que é o principal agitador e incentivador das agressões contra os indígenas. Os membros da comunidade ressaltam que estão cansados

de esperar que soluções sejam tomadas por parte das autoridades em relação à demarcação de suas terras, por isso, esperam que ao menos investigações sejam realizadas para evitar os ataques que freqüentemente têm sofrido.

Na manhã do dia 20 de fevereiro, os indígenas que ocuparam a fazenda foram violentamente surpreendidos pela Polícia Federal, que estava em companhia dos fazendeiros. De acordo com lideranças indígenas, os policiais agiram com violência, atirando e intimidando as pessoas. Durante a ação, diversos

indígenas se refugiaram na mata, dois deles juntamente com outros dois não indígenas foram presos pelos policiais. Os detidos foram acusados pela PF de formação de quadrilha, reação à prisão e esbulho possessório.

Ainda na noite de sábado os dois não indígenas foram liberados. José Domingos e Givaldo da Silva só voltaram pra casa na manhã de domingo. De acordo com o grupo que ocupa a fazenda, nem mesmo a operação arbitrária e violenta da Polícia Federal fará com que saiam do local. "Temos direito à terra que nos pertence tradicionalmente. Além disso, esse fazendeiro é o principal agitador do povo contra nossa comunidade, mesmo não tendo motivos para isso", afirmou a liderança Glicélia Jesus da Silva.

A perseguição dos fazendeiros à comunidade é de longa data. Eles utilizam, inclusive, espaço na Rádio Jornal de Itabuna, durante o programa Novo Amanhecer, para atacar, ofender, agredir e levantar calúnias contra os indígenas. "Somos constantemente perseguidos por esses fazendeiros, por isso resolvemos realizar essa retomada. Eles precisam entender que o tempo dos grandes coronéis já passou, que temos direitos que devem ser respeitados", disse Glicélia.



Mais violências

Em 2008, durante uma tentativa de prender Rosivaldo, a Polícia Federal ingressou na aldeia e destruiu a escola da comunidade, além de agredir Babau, seu irmão Jurandir Ferreira e o ancião Marcionílio Guerreiro com tiros de borrachas. Dois dias depois, cerca de 130 agentes voltaram à comunidade, agindo com forte e desproporcionanl aparato policial. Na ocasião, eles destruíram móveis, queimaram roças e feriram dezenas de pessoas.

Ano passado, novas arbitrariedades foram cometidas. Cinco indígenas foram constrangidos e sofreram abusos de poder praticados pela PF, entre eles uma mulher. Durante esta ação ilegal, eles foram agredidos com gás de pimenta e dois deles

receberam choques elétricos que deixaram queimaduras em seus corpos, inclusive em partes íntimas.

Não se pode admitir e muito menos aceitar que a Polícia Federal utilize-se de expedientes próprios do período da ditadura militar na sua relação com o povo Tupinambá.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) repudia tais ações da PF por entender tratar-se de conduta ilegal e despropositada. A prisão de Babau foi realizada de madrugada, sem apresentação de qualquer mandado de prisão e de forma violenta, além disso, a forma com que o Estado tem tratado

os indígenas demonstra claramente o grau de violações de direitos e desrespeito a que estão submetidos no país.

Em respeito ao Estado Democrático de Direito e à cidadania dos Povos Indígenas, em especial dos Tupinambá, é fundamental que o Departamento de Polícia Federal e o Ministério da Justiça apresentem a decisão judicial que determinou a prisão preventiva do cacique Babau e que demonstrem a integridade física e moral desta relevante e dedicada liderança indígena do povo Tupinambá. ■

Acima, comunidade Serra do Padeiro. Abaixo, escola destruída pela ação de policiais federais

A luta contra a destruição do Xingu continua

Movimento Xingu Vivo para Sempre

Cerca de 50 pessoas, representantes de 31 organizações locais, nacionais e internacionais e povos indígenas, estiveram reunidas nos dias 3 e 4 de março em Altamira, Pará, em torno da questão de Belo Monte. Vindos de diversas regiões do país, dos Estados Unidos e da Noruega. Preocupados com o futuro do rio Xingu e de seus povos, os participantes debateram a conjuntura atual e a necessidade de coordenar esforços para a realização de ações conjuntas, impedindo a implantação da usina de Belo Monte.

Durante o encontro foram discutidas estratégias de luta e fortalecidas alianças e parcerias. Num momento tão crítico, marcado pela concessão da licença prévia pelo Ibama no dia 1º de fevereiro deste ano, apesar de todas as irregularidades e ilegalidades do processo, a reunião trouxe motivação e esperança para as lideranças de Altamira e da Volta Grande do Xingu que estiveram presentes. A luta em defesa do Xingu está ganhando novos espaços, atores e vozes.

Nesta ocasião, ambientalistas, ribeirinhos, indígenas e representantes dos movimentos sociais prestaram uma homenagem ao ambientalista Glenn Switkes, da organização International Rivers, que lutou por mais



de 30 anos em defesa dos rios da Amazônia, contra a implantação de barragens como a de Belo Monte, no rio Xingu. A cerimônia carregada de simbolismo e emoção, contou com a presença de Selma e Gabriel, esposa e filho do ambientalista. A bordo de voadeiras e rabetas, depositaram as cinzas de Glenn nas águas da Volta Grande do Xingu, reforçando a luta em defesa do rio com a energia deixada por esse grande e imortal amigo dos povos do Xingu.

BNDES notificado

No dia 24 de março, os movimentos sociais de Altamira, com apoio de organizações nacionais, entregaram ao BNDES uma notificação extrajudicial que adverte o banco sobre a fragilidade da licença ambiental expedida pelo Ibama. De acordo com o instrumento jurídico, a licença não oferece nenhuma garantia de que a obra é

viável do ponto de vista socioambiental, uma vez que a avaliação técnica do órgão, que afirmou que “não há elementos suficientes para atestar a viabilidade ambiental do empreendimento”, foi desconsiderada no ato do licenciamento. Nesse sentido, o financiamento pelo banco seria ilegal e, se a obra vier a ser construída, ele será, de acordo com a legislação brasileira, responsabilizado pelos prejuízos socioambientais que não foram previstos.

Segundo a notificação, se os eventos danosos anunciados nos pareceres técnicos do Ibama vierem efetivamente a ocorrer, o BNDES seria passível de ser cobrado por todos os custos decorrentes dos impactos sobre a fauna, flora e pessoas da região, quaisquer que sejam os seus valores, e inclusive aqueles que são impossíveis de se valorar.

A notificação também aponta que, como gestor de recursos públicos e comprometido, conforme seu estatuto social, a realizar “exame técnico e econômico-financeiro de empreendimento, projeto ou plano de negócio, incluindo a avaliação de suas implicações sociais e ambientais” para aprovar qualquer transação financeira, o BNDES tem o dever de considerar todas as variáveis que envolvem a obra.

Além do BNDES, todos os demais financiadores também deverão ser notificados. ■

No rio Xingu, ambientalistas e amigos de Glenn Switkes relembram o seu legado de esperança e luta pelo meio ambiente

Personalidades premiadas pela OAB – PARÁ emitem nota repudiando apoio da instituição a construção de Belo Monte (a seguir trechos da carta)

Nós, Antônia Melo da Silva, Cacique Dada Borari, Pe. Edilberto Sena, Dom Erwin Krätler, Frei Henri Burin des Rozières, há dezenas de anos empenhados na defesa da Dignidade e dos Direitos Humanos na Amazônia e por isso reconhecidos pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará, e homenageados com o Prêmio de Direitos Humanos José Carlos Castro, manifestamos o nosso total repúdio à declaração de apoio desta instituição à Construção da Hidrelétrica de Belo Monte, aprovada por seu Conselho Deliberativo no dia 26 de fevereiro de 2010.

Não entendemos como a atual gestão de tão respeitada entidade pode tomar uma posição diametralmente oposta ao Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil(...). O Conselho Deliberativo da OAB-Pará, com uma pressa inexplicável aprovou a construção da hidrelétrica de Belo Monte, sem sequer convidar representantes dos

Ministérios Públicos Estadual e Federal, para inteirar-se dos reais motivos que levam estes órgãos a questionar judicialmente o projeto.

O impacto social que Belo Monte causará é o campo específico em que advogados são chamados a agir (...). No entanto, ao aprovar Belo Monte, a OAB está desrespeitando o Estado Democrático de Direito e, ao não convidar membros dos dois Ministérios Públicos, se torna omissa quanto à defesa da Constituição.

A previsão de construção da Hidrelétrica deveria por a OAB até em estado de alerta, pois cidadãos e povos indígenas, todos eles brasileiros, ficarão aviltados, violados em seus direitos e indelevelmente marcados pelas agressões que sofrerão por determinação de um governo autoritário que se nega a escutá-los como mereceriam. Lamentavelmente as condicionantes que acompanham a Licença Prévia não se referem à desgraça

de que milhares e milhares de pessoas humanas serão vítimas(...)

Nós esperávamos que a OAB, de acordo com o seu Estatuto, antes de qualquer manifestação a favor ou contra o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, exigisse do Governo explicações detalhadas sobre o futuro das famílias que serão arrancadas de seus lares e a respeito do povo de Altamira, que permanecerá na cidade mas será exposto a toda sorte de pragas e doenças endêmicas, pois terá que viver à beira de um lago de águas estagnadas, podres e mortas. As condicionantes não falam desta tragédia programada. Como então a OAB pode endossar as condicionantes da Licença Prévia qualificando-as como suficientes?

Nas audiências públicas, os órgãos do Governo cumpriram apenas um ritual seco para atender à letra de parágrafos sem, no entanto, fazer valer a Lei, levando em conta os verdadeiros objetivos

de uma audiência pública. Também naquelas ocasiões os representantes dos Ministérios Públicos Estadual e Federal não foram convidados à mesa. Mataram assim deliberadamente o espírito da lei. Por que a OAB não cumpre a sua missão de denunciar essa farsa? (...)

Lamentamos que a atual gestão, de mãos dadas com o Governo e seus órgãos, se tenha precipitado em tomar decisões sem considerar a dimensão e abrangência dos impactos. Essa atitude arbitrária macula a histórica postura da OAB na sua atuação em defesa dos direitos dos cidadãos e cidadãs brasileiros e do meio ambiente na Amazônia em que vivemos.

Antônia Melo da Silva - Altamira
Cacique Dada Borari – Santarém
Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur /por Irma Dorothy - Belém
Pe. Edilberto Sena - Santarém
Dom Erwin Krätler - Altamira
Frei Henri Burin des Rozières - Xinguara

30 anos do martírio de Dom Romero

“Se nos cortarem a rádio, se nos fecharem o jornal, se não nos deixarem falar, se matarem todos os sacerdotes e até o arcebispo, e ficar um povo sem sacerdotes, cada um de vocês deve converter-se em microfone de Deus, cada um de vocês deve ser um mensageiro, um profeta”. (Dom Oscar Romero – Homilia em 08/07/1979)

Dom Moacyr Grechi
Arcebispo de Porto Velho

Na semana que antecede a Semana Santa, vamos recordar os 30 anos da morte de Dom **Oscar Romero**, arcebispo de San Salvador, assassinado no dia 24 de março de 1980, com um só disparo no coração, por militares do exército, quando celebrava a missa.

Considerado o líder mais popular do país, nasceu em 1917 de uma família modesta em Ciudad Barrios, El Salvador. Com 14 anos entrou no seminário e em 1942 foi ordenado sacerdote. Nomeado bispo auxiliar de San Salvador em 1970, bispo da diocese de Santiago de Maria (1974) e arcebispo de El Salvador, em 1977.

Com o assassinato do padre jesuíta **Rutilio Grande**, comprometido com o povo e seu amigo, **Dom Romero** se “converte”, colocando-se corajosamente do lado dos oprimidos, denunciando a repressão e a violência estrutural. O momento mais forte da sua ação, em defesa dos direitos humanos, são as homilias dominicais, nas quais analisa a realidade da semana à luz do evangelho. Transmitidas pela rádio católica, são ouvidas em todo canto do país, dando esperança ao povo e suscitando o ódio dos poderosos.

Na homilia de 23 de março, ele se dirige aos homens do exército, da Guarda Nacional e da Polícia: “Frente à ordem de matar seus irmãos deve prevalecer a Lei de Deus, que afirma: NÃO MATA-RÁS! Ninguém deve obedecer a uma lei imoral. Em favor deste povo sofrido, cujos gritos sobem ao céu de maneira sempre mais numerosa, suplico-lhes, peço-lhes, ordeno-lhes em nome de Deus: cesse a repressão!”. Serão as últimas palavras do bispo ao país. No dia seguinte, ele é assassinado enquanto reza a missa na capela do Hospital da Divina Providência. O mandante do crime é reconhecido como responsável, mas nunca foi processado.

Um grupo de bispos latino-americanos, no dia 29 de março de 1980, às vésperas dos funerais de **dom Romero**, assinou um documento que dizia: “Três coisas admiramos e agradecemos no episcopado de **dom Oscar Romero**: ele foi anunciador da fé e mestre da verdade; um resolutivo defensor da justiça; amigo, irmão e defensor dos pobres

e oprimidos, dos camponeses, dos operários, dos que vivem nos bairros marginalizados”. Ele é o símbolo de toda uma Igreja e de um continente latino-americanos, verdadeiro servo sofredor de Yahwé, que carrega o pecado, a injustiça e a morte de nosso continente. Embora, às vezes, o pressentíamos, seu assassinato não nos surpreendeu; seu destino não podia ser outro, pois ele foi fiel a Jesus e se inseriu de verdade na dor de nossos povos.

Ao escrever sobre **Dom Romero**, o bispo emérito de San Cristobal de las Casas, **Dom Samuel Riz Garcia**, afirma que sua morte não foi um fato isolado e faz parte do testemunho de uma Igreja que, tanto em Medellín, como em Puebla, optou, a partir do Evangelho, pelos pobres e oprimidos. Por isso, agora compreendemos melhor, desde seu martírio, a morte por fome e doença, realidades permanentes em nossos povos; assim como os incontáveis martírios, as incontáveis cruces que pontuam nosso continente nestes anos: camponeses, moradores das periferias, operários, estudantes, sacerdotes, agentes de pastoral, religiosas, bispos encarcerados, torturados, cristãos de várias etnias assassinados por acreditarem em Jesus Cristo e amarem os pobres. São como a morte de Jesus, fruto da injustiça dos homens e, ao mesmo tempo, semente da ressurreição.

Em **Puebla** tive a oportunidade de encontrar-me com este arcebispo, irmão no episcopado, que em tão pouco tempo depois teria sua vida ceifada por mãos criminosas. Ele participou em 1979 da **Conferência Geral dos Bispos Latino-americanos em Puebla**, identificou-se plenamente com o apelo dos bispos à “conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação” (Puebla 1134).

Logo depois de voltar da **Conferência de Puebla**, **dom Romero** reza uma missa na catedral. “O povo interrompeu várias vezes minha homilia com carinhosos aplausos. Terminada a missa, cumprimentei os sacerdotes presentes e saí acompanhado pelas aclamações do povo, para saudar os que tinham ficado do lado de fora da Igreja. Foi um momento carinhoso, tive a sensação de estar numa família” (16/02/79).



“O cristão, se não viver este compromisso de solidariedade com o pobre, não é digno de chamar-se cristão”, ele dizia. E continuava: “Por isso, os pobres marcaram o verdadeiro caminho da Igreja. Uma Igreja que não se une aos pobres para denunciar, a partir deles, as injustiças que se cometem contra eles, não é a verdadeira Igreja de Jesus Cristo” (23/9/1979).

Nisso, ele reconheceu sua missão como arcebispo: “Creio que fazer esta denúncia, na minha condição de pastor do povo que sofre a injustiça, seja meu dever. Isto me impõe o Evangelho, pelo qual estou disposto a enfrentar o processo e a prisão” (14/5/1978).

Com muita clareza, na homilia de 8 de julho de 1979, afirmou: “Se nos cortarem a rádio, se nos fecharem o jornal, se não nos deixarem falar, se matarem todos os sacerdotes e até o arcebispo, e ficar um povo sem sacerdotes, cada um de vocês deve converter-se em microfone de Deus, cada um de vocês deve ser um mensageiro, um profeta”.

Duas semanas antes de sua morte, numa entrevista a um diário do México, disse: “Fui freqüentemente ameaçado de morte. Devo dizer-lhe que, como cristão, não creio na morte sem ressurreição: se me matarem, ressuscitarei no povo salvadoreño. Digo isso sem nenhuma ostentação, com a maior humildade. Como pastor, sou obrigado, por mandado divino, a dar a vida por aqueles que amo, que são todos os salvadoreños, até por aqueles que me assassinarem. Se chegarem a cumprir-se as ameaças, desde agora ofereço a Deus meu sangue pela redenção e ressurreição de El Salvador. O martírio é uma graça de Deus, que não me sinto na situação de merecer, porém, se Deus aceitar o sacrifício de

minha vida, que meu sangue seja semente de liberdade e sinal de que a esperança se transformará logo em realidade. Minha morte, se for aceita por Deus, que seja pela libertação do meu povo e como testemunho de esperança no futuro. Você pode escrever: se chegarem a me matar, desde já eu perdôo e abençôo aquele que o fizer”.

Não resta dúvida sobre o caráter martirial da morte de **dom Romero**. Iniciou-se, na América Latina, a época em que os cristãos, morrendo pela fé, dão sua vida pela justiça.

Os últimos dois anos de sua vida, ele registrava à noite em um gravador os principais fatos do dia. Lembrava-se deles e os comentava.

“Rezo ao Espírito Santo, para que me faça caminhar nas estradas da verdade e me mantenha sempre guiado unicamente por Nosso Senhor; jamais pelos elogios, nem pelo temor de ofender” (13/03/80). Tais palavras, pronunciadas dez dias antes da sua morte, resumem o seu projeto de vida.

Seu amor pela unidade da Igreja e do povo é o principal motivo do seu sofrimento, principalmente quando é incompreendido e acusado de ser fonte de divisão. Mas, **Dom Romero** inspira-se somente no Evangelho. Nele, encontra a força e a luz de sua luta e de suas propostas. Aos jornalistas que o interrogam sobre uma solução pacífica para a violência no país, responde com simplicidade evangélica: “Eu digo sempre que a melhor solução pacífica é um retorno ao amor e um verdadeiro desejo de busca de um diálogo. Isso deve basear-se em um clima de confiança – que tem de ser demonstrado com os fatos – para que o povo possa expressar as próprias opiniões em total liberdade e todos sejam admitidos ao diálogo”.

Dom Romero é morto enquanto celebra a Missa. Indefeso, porque sempre recusara as ofertas de proteção do governo. “Quero correr os mesmos perigos que o meu povo corre”, costumava repetir. Poucos minutos antes do crime, disse na homilia: “Neste cálice o vinho se torna sangue, que foi o preço da salvação. Possa este sacrifício de Cristo nos dar a coragem de oferecer nosso corpo e nosso sangue pela justiça e pela paz do povo”. ■

A luta por direitos do povo guarani em São Paulo

Beatriz Catarina Maestri e Vanessa Ramos
Cimi Sul – Equipe SP

Nhanderu (Deus) está triste. Ele quis deixar seu corpo e seu espírito aqui na terra. Mas os juruá (não-indígenas) não estão colaborando com sua obra e estão destruindo tudo. A terra vai ficando pobre, mal cuidada e vai se revoltando. Aí vemos coisas ruins acontecendo como terremotos, enchentes e deslizamentos.” As palavras em tom de lamento, ditas por Alísio, liderança Guarani Mbyá, em São Paulo, refletem o sentimento das comunidades indígenas que vivem nas periferias da grande metrópole.

A terra para os Guarani é fonte de vida e sobrevivência e, segundo o subsídio Semana dos Povos Indígenas – 2009, do Conselho Indigenista Missionário, (CIMI) “não é só a base do sustento, mas também o lugar onde jazem os ancestrais, onde se reproduzem a cultura, a identidade e a organização social”.

Na zona oeste de São Paulo as aldeias Guarani, Tekoá Pyaú e Tekoá Ytú, localizadas perto do Pico do Jaraguá, enfrentam problemas como a inserção de grandes projetos na região, carências no atendimento à saúde e educação. O Tekoá Pyaú está entre as menores aldeias do Brasil que esperam pela demarcação de sua terra de apenas 2,7 hectares, onde vivem mais de 80 famílias. Considerando o aumento da população, esta área exígua será insuficiente para abrigar um número maior de famílias.

Para o Xeramoí (pajé) José Fernandes, da aldeia Tekoá Pyaú “o processo de demarcação da aldeia está indo bem mal, porque os juruá (não-índios) são muitos e não sabem como realizar”, afirma. A preocupação maior das lideranças locais advém da morosidade dos órgãos públicos que deveriam agir conforme a Constituição Federal, que assegura os direitos dos povos originários.

Porém, os processos são lentos e quase nunca se estabelece um diálogo preciso com as comunidades envolvidas, mesmo sabendo que a não consulta prévia aos povos fere a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho



(OIT), que garante este direito aos povos indígenas, quando estes forem afetados. Neste sentido, cabe ao poder público atender as comunidades indígenas, expostas à violência por conta da negação de suas terras e interferência de grandes projetos.

Mega-projetos

Um grande sofrimento destas comunidades no Jaraguá teve início em 1998, ainda no governo Mário Covas (1995-2001), quando a empresa Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa) iniciou a construção do Rodoanel Mário Covas, cortando parte de aldeias e interferindo em outras. Ainda assim, as propagandas do governo de São Paulo insistem que “O Rodoanel não é apenas a maior obra viária do Brasil. É também a que mais emprega”.

As lideranças afirmam que, na época, não foram consultadas sobre este projeto e suas interferências. A empresa propõe atualmente negociações junto à comunidade, através da compra de terras como medida compensatória. A

comunidade tem dialogado, mas se posiciona na exigência da demarcação da terra no Jaraguá.

Estes fatos remontam à inserção de projetos pelo Brasil. Vale lembrar as críticas em relação à construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. Como obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), custará milhões de dólares e afetará toda a população. Dom Erwin Kräutler, bispo da Prelazia do Xingu e presidente



Fotos: Vanessa Ramos

do CIMI, denuncia que a obra terá consequências irreversíveis e imprevisíveis, inundando bairros inteiros, afetando 30 mil famílias e causando a destruição de terras indígenas.

Saúde

Para as lideranças do Jaraguá, em sintonia com outros povos que vivem na cidade de São Paulo, este é um assunto preocupante. Em maio de 2009, enquanto lideranças indígenas das aldeias Guarani de São Paulo, no Acampamento Terra Livre em Brasília, elaboravam uma nova proposta de texto para o novo Estatuto dos Povos Indígenas, outras lideranças deste povo, em conjunto com representantes de 36 aldeias do estado de São Paulo, ocupavam a sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) na cidade de São Paulo. Eles reivindicavam, entre outras coisas, a demissão do coordenador regional Raze Razez, avaliado por essas comunidades como péssimo gestor na ação efetiva do atendimento médico e sanitário.

Em dezembro de 2009, no Encontro de Articulação das lideranças indígenas de São Paulo, representantes de diversas etnias, reuniram-se na aldeia Tekoá Pyaú para retomar os compromissos assumidos após a ocupação, reclamar do descaso, de remédios e de atendimento, tendo presente as necessidades emergenciais que vivem as comunidades. Novamente se constatou que não ocorreram muitos avanços por parte do poder público no atendimento diferenciado aos povos que vivem na área urbana, considerando suas as reais necessidades e reivindicações.

Educação

Uma dificuldade está na preservação da educação tradicional que sempre foi transmitida oralmente, desde seus antepassados, às crianças e jovens e que é “omitida” ou descaracterizada nas escolas públicas. Na aldeia Tekoá Pyaú, um projeto interessante, desde 2001, é o Centro de Educação e Cultura Indígena. O centro nasceu a partir “da necessidade de se fazer frente à influência crescente da cultura não indígena, nas aldeias Gua-

rani existentes na cidade de São Paulo”. É um espaço onde as crianças da aldeia contam com ensino bilíngüe.

Na aldeia Tekoá Ytú há também uma escola onde se fala e ensina a língua Guarani, mas para Davi Martim, professor Guarani, muitos avanços na educação escolar das crianças ainda são necessários. Para ele, faltam recursos pedagógicos para atuar dentro da escola. Ele observa que a educação na aldeia deve ser pensada de forma diferenciada, levando em conta a especificidade cultural de seu povo. Assim, “não há como aplicar, na escola da aldeia, o modelo não indígena que existe nas escolas públicas do estado e do município de São Paulo”, enfatiza.

Em São Paulo, uma conquista que pode ser observada nesta área é o Programa Pindorama da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que, em parceria com a Pastoral Indigenista e comunidades indígenas, oferece bolsas de graduação aos indígenas de várias etnias. Davi, por exemplo, é estudante de Ciências Sociais. A universidade torna-se um espaço possível para a atuação desses estudantes, conferindo-lhes a oportunidade de participar na construção de novas formas de pensar.

Descaso do poder público

Grande parte da sociedade reforça a idéia de que a cidade, a periferia, não são espaços para indígenas viverem. Para as lideranças da aldeia no Jaraguá, esse tipo de afirmação é discriminatória. “Os povos indígenas que vivem na área urbana, não deixam de ser indígenas por isso”, apontam.

Para eles, é preciso que a sociedade repense seus conceitos e preconceitos, as concepções pejorativas e discriminatórias a que, por séculos, foi levada a pensar. Além do preconceito, o que se evidencia é o descaso dos órgãos públicos na efetivação dos direitos dos povos indígenas, agindo com lentidão e sem reposta às necessidades de demarcação de terras, educação, saúde, moradia e reconhecimento destes povos que vivem na cidade de São Paulo. De forma mais urgente, deve-se perceber que os antigos moradores de nossa terra estão esquecidos e reduzidos por interesses econômicos e políticos corruptos. ■

Em São Paulo, indígenas Guarani buscam formas de fazer valer seus direitos



Foto: Ir. Beatriz Maestri



Urueu-Wau-Wau/RO – Foto: Maria Lúcia Cardoso/Arquivo Cimi



Crianças Guarani Kaiowá/MS – Foto: Egon Heck/Arquivo Cimi



Marubo/AM – Foto: Nilvo - Cimi Norte II/Arquivo Cimi



Crianças Galibi - Marworno

Através da SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS DE 2010 e em sintonia com a Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010 e seu lema: “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro” (Mt 6,24), o Cimi propõe uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento econômico imposto ao Brasil e suas conseqüências para os mais de 240 povos que lutam pela garantia de seus direitos fundamentais.

O TEMA QUE INSPIRA ESSA SEMANA APONTA PARA UMA ESCOLHA:

TERRA: Mercadoria ou Vida?

No Brasil a população indígena é estimada em mais de 800 mil pessoas que vivem realidades sociais, étnicas e culturais distintas, desde povos em situação de isolamento até aqueles que habitam periferias de grandes cidades. As formas distintas de pensar e de viver nos fazem acreditar que outro mundo é possível, um mundo “que seja dirigido para a satisfação das necessidades humanas e para a construção do Bem Comum” (CF 2010, p. 11) de todos e do “bem viver” dos povos indígenas.

As relações do “bem viver” estabelecidas pela maioria dos povos indígenas fundamentam-se na reciprocidade entre as pessoas, na amizade fraterna, na convivência com outros seres da natureza e num profundo respeito pela terra. É importante ressaltar que as semelhanças e diferenças entre os seres que vivem no planeta Terra ultrapassam o conceito da unidade na diversidade. “Não há unidade na diversidade, mas é semelhança e diferença, porque quando se fala de diversidade só se fala de pessoas”, diz o chanceler das Relações Exteriores da Bolívia David Choquehuanca. Mundos muito diferentes configuram a realidade indígena. Estes mundos são articulados entre si, na “causa” indígena, e com outros “mundos”, na “causa” dos pobres e marginalizados. Esta articulação faz com que a questão indígena, com toda a sua pluralidade e especificidade, não se torne uma causa à parte das grandes questões que desafiam o mundo de hoje.

A questão proposta para reflexão “Terra: Mercadoria ou Vida?”, novamente próxima ao tema da CF 2010 (“Economia e Vida”), motiva-nos a pensar nas formas como a maioria dos homens e mulheres relaciona-se com a terra, tratando-a como fonte de lucro e de recursos a serem explorados exaustivamente. Conseqüência dessa exaustão é a ameaça da vida no planeta. A exploração desmedida e inconseqüente dos bens da natureza é avassaladora e, de acordo com pesquisas recentes, nos últimos cinquenta anos a humanidade consumiu mais recursos ambientais do que nos últimos dois mil anos.

A terra, portanto, precisa ser recolocada na condição de Terra Mãe, de geradora de vida, e não mais ser tratada como um objeto de exploração. Além disso, é necessário recordar que tudo está interligado e que

“não foi o homem que teceu a trama da vida; ele é apenas um de seus fios”
(Cacique Seattle).

Os Povos Indígenas e as relações do “bem viver”!

O grande ensinamento que os povos indígenas nos têm transmitido, desde tempos imemoriais, é o de saber conviver com a terra, dedicando-lhe respeito, amor e profundo zelo. Em sua visão, ela é mais do que simplesmente terra, é mãe, pois tem a capacidade de fazer germinar a vida e acolher todos os seus frutos. Mas o que significa o “bem viver” em um mundo marcado por disputas econômicas, por crescimento, por aceleração, pela competitividade, em que tudo se converte em mercadoria, em vitória ou derrota? Como é possível cultivar relações de reciprocidade em uma sociedade cada vez mais violenta, excludente e desigual? Encontrar alternativas é o desafio colocado para todos nós que acreditamos num mundo diferente, e que seguimos lutando para construir relações solidárias.

Na monocultura capitalista, a resistência dos povos indígenas e a pluralidade de maneiras de pensar têm um grande potencial transformador. Nosso país é habitado por muitos outros povos, de origens diferentes, vindos de países africanos, europeus, asiáticos. São pessoas que sonharam construir um lugar de paz e de fartura. As culturas diferentes são geradoras de maneiras diversas de organizar o trabalho e de projetar o futuro, o que permite construir alternativas de vida múltiplas, e nos impele a seguir acreditando que existem muitas formas de ser e de estar no mundo.

Os povos indígenas questionam “o modelo” capitalista como tal. Eles consideram o conjunto da proposta neoliberal, com seus mercados e movimentos financeiros globalizados, como um conjunto de obcecação e alienação. Junto com outros segmentos da sociedade, procuram descobrir rachaduras sistêmicas que permitem acreditar na possibilidade da desconstrução do conjunto global de alienação e da “normalidade” obscurantista da exclusão.

A causa indígena tem uma plus-valia de racionalidade social para o conjunto da humanidade. Por causa desta universalidade contextualizada, a vinculação criativa da causa indígena ao projeto de Jesus, cuja proposta se resume no anúncio do Reino para os pobres e da Boa Nova da libertação aos cativos e da vida em abundância para todos, não é difícil. O



Foto: Clarissa Tavares/Arquivo Cimi



Awá Guajá/MA – Foto Pietro/Arquivo Cimi



Zoé/AM - Foto: Serge Guiraud/Arquivo Cimi



Maxakali - Foto: Marcus Breuss/Arquivo Cimi

projeto dos povos indígenas aponta para novos rumos do projeto da humanidade, porque suas metas são: cidadania, autodeterminação, partilha e liberdade de iguais em sua diferença; a cidadania contra a hegemonia e a exclusão; a partilha contra a acumulação; a igualdade na diferença contra a monotonia da miséria e a monocultura do mercado dominante.

Viver em um país habitado por essa imensa pluralidade cultural é um privilégio, pois nos possibilita também aprender cotidianamente que a beleza da vida está na diferença, na variedade, na possibilidade do novo, e não na repetição de modelos e padrões de humanidade capitalista que apregoam que o melhor é “se dar bem na vida” e que, individualmente, nas relações de competitividade, cada um conseguirá o que almeja através de seu próprio esforço e mérito.

O conceito do “bem viver” está na contramão de um modelo de desenvolvimento que considera a terra e a natureza como produtos de consumo. É para sustentar este modelo que os governos priorizam os mega-investimentos, as grandes barragens, a exploração mineral e as monoculturas que degradam o ambiente, envenenam a terra, as águas e todos os demais seres vivos. O modelo capitalista promove a concentração de bens e riquezas nas mãos de poucos e que são aqueles que aderem às regras da competitividade, da lucratividade, do egoísmo, da ganância para “viver melhor”. A partir destas regras gera-se a intolerância com o diferente e com todos aqueles que possuem maneiras distintas de viver e pensar. De mãos dadas com a CF 2010 “continuamos lutando pela Reforma Agrária, que é uma luta histórica de entidades e de Igrejas e uma necessidade de toda a sociedade, tanto dos moradores da cidade como dos moradores do campo” (CF 2010, n. 119).

Os resultados do “modelo” capitalista são as guerras, a exclusão, a morte de milhões de pessoas e a destruição do planeta. Estas atrocidades são justificadas com argumentos econômicos e políticos. Os povos e/ou os países que não comungam com a forma hegemônica de pensar são convertidos em inimigos. Então, fez-se necessário refletir e agir em favor do bem viver, levando em conta valores que hoje parecem esquecidos e relembrando que a vida é o bem maior.

Os povos indígenas conquistaram, com muito empenho e sofrimento, os direitos que hoje estão contemplados na Constituição Federal de nosso país: o direito à terra demarcada e livre de invasores, a uma atenção específica e diferenciada através das políticas públicas, nas quais devem ser respeitadas suas variadas formas de se relacionar com o mundo, com a natureza, com o sagrado. No entanto, nas relações cotidianas os povos indígenas se deparam com o descaso da nossa

sociedade e com a intransigência de autoridades do poder público, que têm a responsabilidade de lhes assegurar os direitos básicos e fundamentais para uma sobrevivência digna. Em função de tudo isso, as terras indígenas se tornam alvo de interesses econômicos e a vida é ameaçada, pois são geradas relações de violência e de desrespeito.

A vida acima da mercadoria!

Na maioria dos países do mundo predomina a ideologia capitalista centrada na produção, na competição, na concentração de bens, no lucro e no consumo sem precedentes de produtos e serviços. “Vivemos em uma economia de mercado que coloca o aspecto financeiro acima de todos os demais e transforma tudo em mercadoria, que valoriza pessoas pelo seu padrão de consumo, que cria vícios de acúmulo do supérfluo como forma de alguém se sentir importante. Isso [...] deforma valores e torna as pessoas vulneráveis a uma propaganda consumista insaciável” (CF 2010, n. 61). Os governos organizam suas ações tendo como referência o aceleração do desenvolvimento econômico, de base capitalista.

No entanto, nem todas as pessoas e nem todas as culturas comungam dos valores preconizados pelo modelo hegemônico. Em pequenas cidades, em vilas, em comunidades de ribeirinhos, de pescadores, de agricultores, muitas vezes se pode vivenciar modelos alternativos de vida que não se baseiam na competição, no egoísmo, na acumulação dos bens, mas em valores como solidariedade, colaboração e reciprocidade.

Nas culturas indígenas a reciprocidade – obrigação de retribuir e de ser generoso - é o que regula as relações entre as pessoas, entre as famílias, entre as comunidades. Em função disso, pode-se dizer que estes são modelos do “bem viver”. Neles o homem é visto como parte de uma grande cadeia, na qual ele dá e recebe, e da qual ele depende para sobreviver. E a vida humana só é assegurada quando se garante a vida de outros seres e quando se estabelece relações respeitadas com a terra, com a água, com o ar.

A economia, na maioria dos povos indígenas, funciona como um sistema de comunicação e de redistribuição dos bens, diferenciando-se do capitalismo porque não é competitiva, nem acumulativa e nem preventiva. Em outras palavras, as relações indígenas não se baseiam na competição para ocupar lugares privilegiados, nem no anseio de acumulação dos bens disponíveis,

e nem num desejo de reter objetos e produtos para assegurar o bem estar futuro, pois este bem estar se alcança através de boas e fortes relações recíprocas. As três características da sociedade capitalista geram uma exclusão cada vez mais violenta, pois funcionam para concentrar os recursos nas mãos de poucos.

Olhando para as formas de viver dos povos indígenas, compreendemos que as diferenças não são apenas aparentes e que suas culturas se organizam a partir de lógicas distintas da nossa. Apesar do intenso contato que estabelecem com nossa sociedade, a maioria destes povos mantém formas de se relacionar com a terra e com a natureza marcadas por uma dimensão religiosa. Terra é espaço sagrado onde se estabelecem tanto as relações com o mundo espiritual como as relações familiares e comunitárias.

Um exemplo das relações cotidianas do “bem viver” pode ser encontrado nas práticas Guarani. Na terra, espaço sagrado e vital, eles cultivam variedades de plantas medicinais, frutíferas e para o alimento diário. Quando há terra demarcada e assegurada, suas aldeias são construídas em lugares cobertos de mata e com nascentes de água. Os Guarani denominam esses locais de *tekoha*, um lugar que congrega aspectos físicos – terra, mato, campo, água, animais, plantas, remédios etc. – com condições espirituais que proporcionam o bem viver. E nestes espaços é que se realiza o *teko*, o “modo de ser”, “o jeito de viver” do povo Guarani.

As formas como os Guarani se relacionam com suas terras se vincula a uma compreensão própria da vida, como um contínuo caminhar, que se desenvolve num extenso território ocupado ancestralmente. E talvez o aspecto mais importante do estilo de vida dos Guarani é o da valorização das pessoas, de suas experiências, de seus conhecimentos, de seus sonhos. Ao caminhar, cada pessoa aprende, convive com outros, estabelece relações de troca, torna-se leve e desapegada. Bartomeu Meliá, grande conhecedor da cultura guarani, afirma que é “pela reciprocidade que cada pessoa na comunidade tem a obrigação de acolher, de repartir, de dar e receber continuamente, numa corrente que mantém viva a própria sociedade, e garante a vida de cada pessoa e o acesso de todos aos recursos necessários para bem viver”.

As múltiplas formas de viver colocadas em curso pelos povos indígenas e também por muitas outras comunidades são sementes que podem fazer nascer maneiras novas de organização da sociedade, restabelecendo a nossa humanidade.

Um povo que grita por ajuda

Comunidades Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul sobrevivem em situação degradante e na luta pela terra sofrem os mais diversos tipos de violência

“A gente vai perdendo a esperança e já não sabe mais a quem recorrer”

A frase de Bráulio Armoa, liderança Guarani Kaiowá da comunidade Kurusu Ambá, foi dita em meio a lágrimas de desespero e calou fundo no coração de quem o escutava. Alguns choraram e perceberam claramente que a causa não é perdida, mas que a luta é realmente desigual.

Kurusu Ambá foi umas das comunidades indígenas visitadas pelos membros do Conselho do Cimi em Mato Grosso do Sul, no mês de março. A luta pela terra tradicional da comunidade se traduz em tristes números. “Recentemente tivemos quatro companheiros baleados e dois mortos. A gente então resolveu formar uma comissão de lideranças porque se matam um líder, já temos outros para tomar a frente”, ressaltou Armoa. A impressão é de uma atitude pessimista, mas que na realidade é de desespero.

Em seu relato, Bráulio conta que mais um despejo está para ocorrer. À época da visita, a Polícia Federal havia dado prazo de dez dias para que desocupassem o local. “O juiz deu a eles a reintegração de posse porque não olhou para nossa história e para nosso povo. Nós corremos atrás da terra porque ela é vida e nós amamos a vida”, afirmou. A comunidade não tem para onde ir e se nega a voltar para a beira da estrada, onde moram outros povos da região, sujeitos a todo tipo de violência, atropelamentos, discriminação e até mesmo alagamentos.

Esperança

Apesar do histórico de violência e de toda a apreensão, os indígenas não perdem a alegria em receber os visitantes. As crianças riem, correm, agradecendo a visita. Os anciãos dançam e cantam músicas-rituais tradicionais. Da mesma forma acontece em Laranjeira Nanderu. Acampados à beira da BR-163, que liga Campo Grande a Dourados, os Guarani transmitem uma grande alegria de viver, como uma esperança sempre acesa de



retornar à sua terra tradicional.

Mas o acampamento fala por si. São cerca de 40 famílias, aproximadamente 130 pessoas vivendo perto de uma rodovia mo-

vimentada. O espaço fica totalmente alagado a cada chuva que cai. Nos barracos, as roupas se amontoam em cima das camas, pois não têm onde ficar. Em todo o canto, inclusive dentro dos barracos, o chão é de barro, uma lama que começa a secar depois da trégua da chuva. Mais à frente das casas improvisadas, uma espécie de lagoa se formou, atraindo todo tipo de inseto, mosquitos, sanguessugas, doenças. Nos dias de sol, os indígenas suportam temperaturas que ultrapassam os 50 graus sob as lonas pretas; do lado de fora quase não há sombra. Como ainda descobrir sorrisos diante deste cenário? Com os indígenas, os sinais de esperança são festejados.

Situação desumana

No dia 19 de março, uma sexta-feira, a comunidade Laranjeira Nanderu recebeu muita gente que queria conversar e conhecer sua realidade. Entre os visitantes, o bispo do Xingu e presidente do Cimi, dom Erwin Krätler, e o Secretário Geral da CNBB, dom Dimas Lara Barbosa. Também estiveram o procurador da república no Mato Grosso do Sul, Marco Antônio Delfino, e coordenadores de vários regionais do Cimi. Todos foram recebidos com dança típica e alegria, clima que deu lugar à tristeza e à tensão, quando começaram as falas.

O cacique Ze-

zinho (José Barbosa de Almeida) relatou o histórico de despejo, falou da terra onde antes viviam tranquilos, caçando, pescando. “Lá tinha tudo que a gente precisava. Tinha caça, mel, lugar para fazer roça, fruta. Agora a gente depende de cesta básica, e nem é a comida que a gente comia”, ressalta.



Fotos: Cleymerne Cerqueira e Maria Heinen



Os líderes questionam sempre quando é que poderão sair dali. “Aqui a gente não tem vida, estamos correndo risco de pegar doenças toda hora. Quando choveu bastante, toda a água suja se misturou com a água limpa dos poços que a gente tinha furado e começamos a beber água suja também. Foi um surto de diarreia aqui!”, relata.

Depois de ouvir os relatos, dom Dimas saiu com Farid – outra liderança da comunidade – para conhecer o acampamento. Num dos barracos, uma senhora de 97 anos permanecia sentada numa rede, onde fica quase todo o dia. “Ela quase não anda, fica aqui nesse calor o dia inteiro”, explicou a filha. Mas a anciã ficou alegre ao receber a visita, sem nem mesmo imaginar o quanto a situação tinha chocado o bispo. “A situação deste acampamento é desumana!”, disse o representante da CNBB.

Eu morro pelo meu direito

No sábado pela manhã, o grupo partiu para visitar mais duas comunidades. Na primeira, Guyraroká, houve dança na casa de reza; uma recepção de muita alegria. Ambrósio Vilhalva, um dos líderes presentes, começou a relatar os problemas porque passam os indígenas de uma forma mais ampla. Falou de Xicão Xukuru e de sua amizade por ele. Também ressaltou a questão da terra. “Os fazendeiros pedem indenização para uma terra que nem é deles. Onde está o nosso direito? O índio alguma vez foi indenizado pelo o que ele sofreu? Eu não vendo, não troco, não empresto e não dou o meu direito!”, afirmou.

Familiares e amigos de dois indígenas que foram brutalmente retirados do convívio de sua comunidade foram a Guyraroká acompanhar a visita do

Cimi. Na ocasião eles puderam externar o sofrimento pela ausência dos companheiros e também pela omissão do Estado em investigar e dar respostas concretas sobre o que aconteceu aos dois jovens: Rolindo Vera, desaparecido há cinco meses, e Jenivaldo Vera, cujo corpo foi encontrado. Os dois foram seqüestrados e espancados durante retomada de sua terra tradicional, em outubro do ano passado.

Os pais e a esposa do professor Rolindo Vera relataram o sofrimento de uma família pelo desaparecimento de mais um que morreu por sua comunidade e por seus direitos. No relato dos pais, o desespero e as lágrimas vieram à tona. “Nenhuma justiça foi feita, não temos nenhuma notícia para acalmar nosso coração”, disse o pai. “Com nosso sobrinho (Jenivaldo Vera) aconteceu a mesma coisa: não se sabe se ficou em cativeiro, como o levaram, mas o corpo dele foi encontrado...o do nosso filho não”, finalizou. A esposa, que carregava nos braços a filha que nasceu logo após o desaparecimento do professor, implorou ajuda em sua fala. “Peço ajuda aos senhores, pois estou passando necessidade sem o pai dos meus filhos. Ainda não posso trabalhar porque tenho criança pequena.”

Uma das professoras de Rolindo, Leda de Souza, também fez um depoimento emocionado. “O Rolindo era um professor que não esperava certificado para fazer a diferença! Ele foi dizendo que ia voltar e os alunos e professores ainda aguardam a sua volta”. Ela terminou sua fala pedindo providências para encontrar o professor e para que não se deixe passar despercebido mais esse caso de violência contra os indígenas do estado: “Não deixem o Rolindo ficar perdido nessa imensidão, ele não pode ser um pai ausente!”.



Vivendo num chiqueiro

Em Pasu Piraju, **Carlitos**, um senhor de 76 anos de idade e muitas lutas, nos recebeu eufórico. Depois de cantar com os parentes que chegavam, ele relatou seus combates, defendendo os direitos indígenas. “Nós índios precisamos nos unir!”



Ao falar de sua terra, não se mostrou feliz. “Aqui vivemos como escravos, porque não podemos sair da terra. Vivemos num chiqueiro de 40 hectares para muitas e muitas famílias”, declarou. Ele conta que na cidade sempre dizem que ‘índio não quer trabalhar’, o que ele logo rebate. “Como podemos trabalhar sem terra? Para trabalhar precisamos de espaço, precisamos plantar roça”, disse.

Apesar de verificar muitas situações de desespero, os missionários do Cimi voltaram para casa sabendo que tinham uma missão maior: divulgar para o mundo que os Guarani precisam ter voz e vez e buscar alternativas para reforçar a luta desse povo por suas terras tradicionais.

Lideranças do Povo Awá Guajá visitam os Guarani

Os indígenas Tatuxia’a e Manãxika, lideranças indígenas do Povo Awá-Guajá, Maranhão, visitaram no dia 18 de março a aldeia Laranjeira Ñanderu do Povo Kaiowa Guarani, município de Rio Brillhante, MS.

Os indígenas foram bem recebidos pela comunidade, que cantou e rezou pela presença dos visitantes vindos de tão longe. Os Awá ofertaram ao grupo flechas produzidas pelo seu povo e leram, em sua língua materna, mensagem enviada pelo povo. Os Kaiowá agradeceram e ficaram admirados com a presença desses parentes e também com o presente recebido, observando o tamanho e a qualidade das flechas.

Foi um bom pretexto para observar as semelhanças lingüísticas entre os dois povos.

Os indígenas Awá-Guajá ficaram impressionados com a realidade de abandono, pobreza e exclusão vivida pela comunidade. Diziam, “eles não têm terra, moram em barracos de lona na beira da estrada, aqui é muito quente, tem muita lama, não podem plantar, nem colher, como podem viver assim, por que é assim? É uma situação muito triste”. Também lhes chamou atenção o bom humor guarani, as conversas, o banho

no rio Brillhante e a vida acontecendo no meio de tanto sofrimento. Ficaram 12 horas entre esse grupo indígena conversando e conhecendo mais dessa realidade, tomando terere e dançando Guaxiré.



Eles ainda visitaram as comunidades de Kurusu Ambá, Pasu Piraju e Guyra-roká, onde entregaram a mensagem do seu povo e as flechas trazidas como um presente especial num gesto de solidariedade aos parentes que vivem em meio a tanta violência. “Os brancos não têm medo de vocês porque vocês não têm flechas. Por isso, não respeitam e atacam vocês”, declararam.

Tatuxia’a e Manãxika voltaram preocupados com essa realidade e querendo, de alguma forma, ajudar esse povo. Repetiam muitas vezes, “Guarani Kaiowá também é Awá, também é gente”. ■

Indígenas Guarani se alegram com os visitantes e a cada relato buscam mostrar a necessidade de apoio às suas lutas por terra e dignidade

Uma conjuntura preocupante

O conselho do Cimi se reuniu entre os dias 15 e 18 de março em Campo Grande. A decisão de realizar o encontro no Mato Grosso do Sul foi tomada diante da cruel realidade dos indígenas do estado. Uma forma de mostrar a solidariedade e o apoio do Cimi aos indígenas da região.

A análise de conjuntura do MS apresentou “a pior realidade de negação de direitos dos povos indígenas no Brasil”, como ressaltou o advogado e assessor jurídico do Cimi no MS, Rogério Batalha. Os números expõem uma situação de calamidade, confinamentos em pequenos espaços, altos índices de violência, homicídios, suicídios e diversas doenças. De acordo com o advogado, são 13 mil indígenas confinados em 3 mil hectares, ocorrem muitas mortes, ataques e perseguições na região.

O historiador Antônio Brand, que há anos trabalha com a questão indígena e é professor na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), mostra que o problema começou com a demarcação das terras pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). “O SPI sabia que era um povo numeroso, mas demarcou oito pequenos pedaços de terra. Na década de 1960 a situação se agravou, pois os fazendeiros começaram a ocupar a região, colocando cercas e impedindo a livre circulação desses indígenas”, afirma.

Brand mostra que há, na verdade, um modelo de reserva de mão-de-obra barata, que são os indígenas. Segundo o historiador, na década de 1970, com a mecanização da soja,

a força de trabalho indígena foi dispensada, o que garantiu o retorno de muitos Guaranis às suas aldeias. Com a chegada das usinas de álcool, em meados dos anos 80, houve uma volta dessa população para as fazendas, com trabalho assalariado e assistencialismo, o que aumentou a entrada de renda nas comunidades. No entanto, a mão-de-obra foi novamente substituída pelas máquinas e os indígenas ficaram sem dinheiro e sem terra para plantar e criar animais.

A falta de renda ou de meios de subsistência e o aumento de pessoas em pequenas áreas têm gerado muitos conflitos, circulação de drogas, álcool e grandes índices de violência. “Qualquer coisa passa a ser muita coisa na situação em que estão vivendo. Os Guarani apresentam um controle interno muito fragilizado”, afirma Brand.

O deputado estadual Pedro Kemp, presente na reunião do Conselho, afirma que há um movimento contra as demarcações no MS. O próprio governador, André Puccinelli, chegou a afirmar que “o estado não ia se tornar terra de índios”. O deputado ainda resalta que a mídia do estado formou a opinião pública contra os índios. “Os indígenas sofrem um forte processo de discriminação. O quadro é bastante desfavorável, eles encontram apoio em poucas entidades e movimentos”, disse.

Para Kemp, o apoio do Cimi e da nova equipe Regional MS tem feito a diferença. “O Conselho tem uma presença profética na região. O testemunho e o compromisso da equipe tem contribuído com as lutas dos indígenas e conseguido avanços importantes”, declarou.

Violência interna

A distribuição desigual da terra traz um problema ainda maior. “Entre os próprios parentes existe um quadro de violência, um problema decorrente do excessivo confinamento geográfico”, afirma Brand. De acordo com o professor, antigamente, quando havia desentendimentos, as famílias se afastavam. Mas hoje é impossível, visto que grande parte dos indígenas então em pequenas áreas perto da cidade. ■



Participantes da reunião do Conselho do Cimi apresentam a grave conjuntura do MS

Mato Grosso do Sul

Entre os dias 15 e 20 de março, membros do Conselho do Cimi estiveram reunidos em Campo Grande (MS) e reafirmaram seu compromisso com os povos da região. Em carta pública, apóiam a resistência histórica dos indígenas e se juntam às vozes silenciadas que gritam basta à impunidade, basta à discriminação e basta à falta de terra e direitos desses povos. Segue abaixo nota na íntegra:

Carta de Campo Grande

Denunciamos, mais uma vez, as graves violações de direitos humanos que continuam sendo praticadas contra o povo Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul: confinamentos em pequenas reservas, altos índices de violência, mortalidade infantil, famílias acampadas à beira de estradas, realidade de miséria e desassistência.

Diante desta realidade, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) reuniu-se em Campo Grande para reafirmar seu compromisso e solidariedade aos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, bem como posicionar-se de forma irrestrita em apoio às lutas pela garantia de seus direitos, especialmente às suas terras, como espaços de vida e não de mercadoria.

Enquanto políticos declaram que este estado não será “terra de índios”, nós nos unimos aos que afirmam: “Mato Grosso do Sul também é terra dos Kaiowá Guarani, dos Terena, dos Kadiweu, dos Ofaié, dos Kinikinawa, dos Guató”. Só haverá justiça, democracia e fraternidade quando os direitos de todos forem assegurados, quando a pluralidade de povos for respeitada como uma riqueza e a terra voltar a ser um espaço de vida e não apenas mercadoria ou objeto de produção para o enriquecimento de alguns. Como já denunciaram os bispos de Mato Grosso do Sul, “trata-se de uma situação insustentável e iníqua, fruto de uma sociedade de consumo que privilegia o lucro, e cuja solução, adia-

da indefinidamente, nada faz senão aumentar a angústia e a revolta de todos”. O próprio Conselho de Defesa da Pessoa Humana, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), em visita às comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul no início do mês, reconheceu que os indígenas do estado vivem em situação degradante e miserável. Em vários locais faltam água e alimento. Os povos enfrentam problemas com a falta de demarcação de suas terras e sofrem constantemente discriminação e preconceitos. Além disso, eles estão impedidos de realizar atividades básicas à sua subsistência, como a pesca e a caça.

A certeza da impunidade e a omissão dos governos federal e estadual são estímulos para que tais crueldades continuem e se ampliem. Por isso, com os povos indígenas deste estado exigimos apuração e punição rigorosa dessas violências, bem como a imediata demarcação de todas as terras indíge-



nas. Posicionamo-nos contra medidas paliativas pretendidas por fazendeiros e algumas autoridades, como a compra de terras ou a transferência de comunidades para regiões distantes, flagrantes violações aos direitos constitucionais dos povos indígenas.

Juntamo-nos às vozes dos bispos da 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (2007), realizada em Aparecida (SP), que “a Igreja está convocada a ser advogada da justiça e defensora dos pobres diante das intoleráveis desigualdades sociais e econômicas, que clamam ao céu” (Dap. 395). Pode-se aplicar aos povos do MS o que os bispos afirmaram em Aparecida: “comunidades indígenas se encontram fora de suas terras porque estas foram invadidas e degradadas. Se não têm

terras suficientes para desenvolver suas culturas, sofrem graves ataques à sua identidade e sobrevivência [...]” (Dap. 90).

Reafirmamos nosso compromisso com os povos indígenas deste estado, apoiamos sua resistência histórica, paciência sábia e profunda espiritualidade, que lhes têm permitido ultrapassar séculos de guerra, de extermínio e opressão. Com eles aprendemos a construir um outro mundo possível, necessário e melhor para todos, caminhando firmes em direção ao Reino definitivo.

O Cimi, unido à voz silenciada dos povos indígenas, diz: basta de violência, basta de negação à terra, basta de impunidade, basta de intolerância! Terra, Vida, Justiça e Paz para os povos indígenas no Mato Grosso do Sul! ■

Situação de calamidade e desrespeito aos direitos humanos marcam a vida dos povos indígenas Guarani, no Mato Grosso do Sul

Fotos: Maria Heinen



Assine o PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

A mulher indígena e a grande aldeia

Egon Heck
Cimi Regional MS

Na comemoração dos 100 anos do dia internacional da mulher, nada mais justo do que lembrar as mulheres que há mais de dez mil anos são as primeiras responsáveis pela vida humana nesta parte do planeta terra. As mulheres indígenas são as sábias guardiãs dos segredos da continuidade da vida e da construção da harmonia e felicidade na interação de todas as formas de vida, na pluralidade da bio e sociodiversidade.

Dona Francisca Vera senta-se dentro do barraco onde o corpo de seu filho Jenivaldo está “guardado”, e onde ele viveu até ser brutalmente assassinado e jogado no rio Ypo’i, no início de novembro de 2009. As lágrimas se revoltam. A mão da mãe as recolhe procurando esconder a dor. O sofrimento de Dona Francisca representa hoje a homenagem da revolta silenciosa de milhares de mães indígenas, Kaiowá Guarani, que choram pelos filhos cujas vidas foram ceifadas pela violência extrema que hoje se abate sobre e dentro das aldeias desse povo indígena, numericamente o maior do Brasil submetido às maiores brutalidades e violências no país. Nos últimos anos, os assassinatos anuais de Kaiowá Guarani foram sempre mais da metade dos ocorridos com os mais de 230 povos indígenas, conforme o relatório de violência do Cimi. E dentro das aldeias, as mulheres são as que mais sofrem com a violência. Essa homenagem às mulheres Kaiowá Guarani é uma forma de protesto contra toda sorte de violência e sofrimento, de

que são vítimas as mulheres indígenas.

Na aldeia de Ypo’i outra mãe, Damita, relatava sua angustiante situação. A esposa do professor Rolindo, com seus quatro filhos, o mais velho 8 anos, e a mais nova menos de quatro meses, tendo nascido poucos dias depois do pai ter sido agarrado, batido e possivelmente assassinado e seu corpo ocultado até hoje. Damita está passando fome e privações sem saber como manter os filhos. Aos soluços suplica ajuda, pois a situação é cada dia mais angustiante e difícil. Faz um veemente apelo para obter informações sobre o corpo de Rolindo, pois está com a alma ferida.

As mulheres indígenas e um outro mundo possível

Sem dúvida a crescente organização, visibilidade e luta das mulheres indígenas, nativas, no mundo inteiro está sendo uma das forças e esperanças na construção desse outro mundo possível. Mulheres indígenas têm se destacado na luta pelos seus povos e pelos direitos humanos indígenas no mundo, como Rigoberta Menchu, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz, na década de 1990, e Blanca Schancoso, que tem participado intensamente nos diversos espaços de luta pela vida, dignidade e mudanças sociais mais profundas e igualitárias no mundo inteiro.

Neste momento em que na grande aldeia global se comemoram 100 anos da instituição dessa importante data, para lembrar a luta das mulheres por um mundo de mais igualdade e menos injustiça e violência, nas pequenas aldeias em retomada, um longo e difícil caminho está sendo construído. ■



Fotos: Haroldo Heleno

Comisulba participa da marcha mundial das mulheres

Haroldo Heleno
Equipe Itabuna

Dez indígenas dos povos Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá de Olivença, representando a Comissão de Organização das Mulheres Indígenas do Sul da Bahia (Comisulba) participaram da 3ª Marcha Mundial das Mulheres que começou no dia 7 de março na cidade de Campinas (SP) e prosseguiu até o dia 18 quando foi realizado um grande ato na capital do estado. Paralelamente também aconteceram outras Marchas em diferentes cantos do planeta. De acordo com as organizadoras das Marchas, o objetivo este ano é o mesmo dos anos passados: “superar a injusta ordem atual que provoca violência e pobreza e construir o mundo que queremos, baseados na paz, na justiça, na igualdade, na liberdade e na solidariedade.”

Segundo ainda a coordenação das atividades esta 3ª Ação Internacional será dividida em vários eventos, em diversos países, com diferentes datas, com destaques a dois momentos principais: de 8 a 18 de março, e de 7 a 17 de outubro. Em março, as atividades começaram na ocasião do centenário da Declaração do Dia Internacional da Mulher. Durante os dez dias, ocorreram marchas e mobilizações nacionais simultâneas em diferentes países.

De 7 a 17 de outubro, acontecerá, em SudKivu, na República Democrática do Congo, África, o encerramento das atividades do ano, com uma grande mobilização internacional para fortalecer o protagonismo das mulheres na resolução de conflitos. Na ocasião, serão realizadas, entre outras atividades: manifestações contra a guerra e feira de soberania alimentar.

Entre estas duas principais atividades, serão feitas outras ações e manifestações. Na Colômbia, entre os dias 21 e 23 de agosto, está previsto um encontro de mulheres contra a guerra e pela paz, com o objetivo de discutir

sobre a situação do conflito armado e social nas Américas e, em particular, na Colômbia. Será debatido também sobre a instalação das bases militares estadunidenses na Colômbia e sobre a ameaça à soberania da região.

As dez representantes da Comisulba que estão na Marcha Mundial já estavam participando do X Acampamento das Mulheres que acontece em Salvador desde o dia 4 de março. Elas foram escolhidas pelas companheiras para representarem as lutas das mulheres indígenas do sul da Bahia, dando ênfase à perseguição e criminalização que vem sofrendo o povo Tupinambá em especial a comunidade da Serra do Padeiro, e as suas lideranças, bem como a imediata regularização do território Tupinambá de Olivença; A luta dos Pataxó Hã-Hã-Hãe pela regularização e devolução de seu território com a retomada do julgamento pelo STF ainda este ano e a luta do povo Pataxó do extremo sul da Bahia pela imediata regularização de seus territórios, com a publicação dos relatórios de Barra Velha e do Cahy. Além, é claro, das reivindicações construídas ao longo da caminhada das mulheres indígenas do sul da Bahia e as ações propostas no X Acampamento das Mulheres em Salvador que reuniu mais de duas mil mulheres de todo o estado da Bahia, e na caminhada realizada nas ruas de Salvador no dia 8 de março com mais de cinco mil mulheres.

Na pauta do acampamento foram discutidos temas como: Violência contra a mulher em suas diversas manifestações, atingindo várias faixas geracionais, particularmente as idosas; soberania e segurança alimentar, mulher, produção e trabalho; cidadania e participação política; mulher e meio ambiente; racismo ambiental; direitos reprodutivos; direitos previdenciários; sexualidade e saúde; direito ao lazer, ao esporte e à cultura, entre outros.

A Comisulba é formada por representantes dos povos indígenas Pataxó Hã-Hã-Hãe, Tupinambá de Olivença e Pataxó do extremo sul da Bahia. ■

Mulheres indígenas participam de marcha pelos direitos das mulheres

Mulheres da comunidade indígena Laranjeira Nanderu: força da comunidade na busca por seus direitos



Fotos: Maira Heinen

Uma semana entre os índios Asurini, no Xingu

Pe. Renato Trevisan (Xaveriano)
Cimi Norte II

A iniciativa de visitar os Asurini do rio Xingu foi da Irmãzinha de Jesus Edith Chevalier. A vontade de voltar para Koatinemo (aldeia Asurini), foi crescendo especialmente ao completar-se 10 anos de falecimento da Irmãzinha Mayi Ortiz (agosto de 1999). Fui convidado para participar desta visita, – mesmo trabalhando atualmente entre os índios Kayapó – em consideração ao fato de ter acompanhado as primeiras irmãs de Jesus (Mayi e Dulcita) até a aldeia Asurini, na primeira quinzena de março de 1982; mas também a partir dos contatos anuais e visitas que realizei aos Asurini durante os quase 20 anos de presença das Irmãs junto deles (1982 - 2000). A minha penúltima visita aos Asurini foi em maio de 2005 e a última de 13 a 19 de dezembro 2009.

Mudanças populacionais

No momento do contato com os Asurini, em 1971, eram aproximadamente 100 indivíduos; em 1974, 58; em 1982, época da chegada das Irmãs, eram 53, sendo só 3 com menos de 5 anos. Naquele ano nasceu uma só criança. É interessante lembrar que por volta de 1930 a população Asurini correspondia a cerca de 150 indivíduos. A antropóloga Regina P. Muller explica que: “o decréscimo populacional se deve aos ataques dos grupos inimigos (os Kayapó-Xikrin, do rio Bakajá), a uma baixa taxa de natalidade – controle da natalidade, mas também ao contágio de doenças transmitidas pelo branco e à interferência assistencial”. (Regina P. Muller; “Os Asurini do Xingu” Editora da Unicamp, 1993 pag. 46 e 48). Os dados da Funai atualmente registram 152 Asurini. Hoje tem casais índios com até nove filhos. Em geral as famílias têm de dois a três filhos....

O problema demográfico, uma das razões pelas quais as Irmãs de Jesus, (fortes da experiência entre os índios Tapirapé, do rio Araguaia – Mato Grosso), tinham sido convidadas a morar na aldeia dos Asurini, parece ter sido definitivamente superado. O povo Asurini, do ponto de vista populacional, não corre mais perigo de extinção, como já ocorreu no passado. A presença das Irmãs, em termos de convivência e acompanhamento familiar durante duas



Fotos: Arquivo Pe. Renato Trevisan

décadas, foi indiscutivelmente preciosa e deu resultados. Inclusive as Irmãs favoreceram e realizaram intercâmbio e visitas entre os Asurini e os índios Tapirapé, que tinham passado pelo mesmo problema populacional.

A língua

Para quem convive com os Kayapó, é indispensável falar a língua do povo. Estranhei chegando em Koatinemo ouvir algumas crianças Asurini falar em português entre elas. Os poucos velhos falam só a língua asurini; os adultos de ambos os sexos entendem e falam uns mais e uns menos o português. Isto é: percebi logo como a língua portuguesa está entrando aos poucos e substituindo a língua asurini.

Conhecendo os Kayapó há quase 30 anos, nunca ouvi as crianças falarem entre si em português. Os primeiros contatos dos Kayapó remontam aos anos de 1930. São raros os casos (embora uma boa porcentagem delas o entendam) em que as mulheres kayapó falem em português. No entanto a maior parte dos homens, especialmente os mais novos “se viram” com a língua de Luis de Camões. Com isso não quero afirmar que os Asurini estão mais adiantados do que os Kayapó no processo de adaptação à cultura geral brasileira! A reflexão neste sentido exige mais aprofundamento e deve ter outros elementos como processos culturais, em particular lingüísticos.

A cultura

Perguntei várias vezes aos Asurini, quando haverá a festa do “turé” - ritual importante que se realiza entre a esta-

ção da chuva e a estação da seca, durante o qual se usa como instrumento musical a flauta - a resposta foi sempre a mesma: “não sei, é o velho Mure'yra que sabe!”. Wiliam, da Funai, que há 9 anos trabalha entre os Asurini, não lembra de ter assistido à celebração do “turé”.

Se o velho e importante pajé Mure'yra vier a falecer, provavelmente não haverá mais ninguém que possa garantir e repassar aos outros Asurini os rituais das festas, inclusive os conhecimentos ligados à pajelança, às curas com remédios naturais. O perigo de uma irreparável perda cultural é real, é seria, incalculável. Ironia da sorte ou contradições da antropologia: afinal teremos um povo demograficamente salvo, mas culturalmente morto!

Lembro que chegando pela primeira vez entre os Asurini, quando ainda eles moravam na margem do rio Ipiaçava, pequeno afluente da direita do Rio Xingu, umas seis ou sete horas de viagem (dependendo da água) da boca do igarapé até à aldeia, todo mundo andava com pouca roupa, aliás andava com o corpo todo bem pintado. Os Asurini desde sempre costumam se pintar tendo como motivação a própria identificação no contexto da família e da comunidade. A prática do grafismo Asurini na sua função sociológica e estética é tão peculiar à sua cultura que não só o corpo humano, mas também os objetos de uso comum são pintados: como as painéis, os tamborettes. Com a pintura tais objetos recebem uma segunda pele e são integrados à vida da comunidade (Lux Vidal).

Durante os dias de permanência na aldeia, vi várias crianças pintadas, bonitas; adultos...também, mas poucos



jovens (alguns só em parte, nas pernas e ou nos braços). Os jovens em geral, quando perguntados porque não se pintam, respondem evasivamente: “Quando tiver a festa!” – que porém há muito tempo não acontece. No entanto, expõem nos bíceps um e outro desenho exótico deixando entrever a preferência de se identificar mais com os jovens encontrados em Altamira do que com eles mesmos como Asurini!

Mudanças sociais e culturais

Há e houve sérios casos de alcoolismo e de uso de droga entre os jovens. Isso, sobretudo, a partir da presença dos pescadores abusivos, vindos de Altamira, os quais para conseguir a licença de pescar nas águas da reserva, oferecem dinheiro, bebida, fumo. Segundo o comentário do chefe da Funai, Sr. Wiliam, o fenômeno está diminuindo muito, inclusive pela sua firme oposição à pesca ilegal e pela ação de conscientização sobre o perigo do alcoolismo e suas conseqüências.

Há longa permanência dos índios na cidade de Altamira, com a conseqüente perda de interesse pela vida da aldeia e o aumento da descrença nos valores culturais e religiosos tradicionais, isto é, na pajelança, nas celebrações dos rituais e das festas.

Ligado a isso há uma lenta mas inexorável divisão entre duas faixas etárias, aquela dos velhos (conservadores, só falantes a língua asurini), que desconfiam com tudo que vem da cidade e de fora, e a juventude (a maioria da população) que, exemplificando, encerram o dia na aldeia, com uma partida de futebol e vão dormir ouvindo a música de Michael Jackson. ■



Acima, Pe. Renato Trevisan com família asurini e ancião da comunidade fazendo artesanato. Abaixo, rio Xingu

Guarani se reúnem para planejar encontro continental

Equipe Florianópolis
Cimi Sul

Entre os dias 8 e 10 de março a comissão encarregada de preparar o III Encontro Continental Guarani reuniu-se na cidade de San Lorenzo, próximo a Assunção, Paraguai, e contou com a presença de líderes Guarani do Brasil, Argentina e Paraguai. A representação Guarani da Bolívia não pode se fazer presente por problemas operacionais. Esse foi o segundo encontro de trabalho realizado com esta finalidade, o primeiro aconteceu na cidade de Foz do Iguaçu em outubro de 2009 e na ocasião contou com a presença de representantes Guarani da Bolívia.

Romper fronteiras e recuperar o território é o grande objetivo do povo

Guarani que vive em pelo menos quatro países do Cone Sul da América – Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai – e soma cerca de 300 mil pessoas, se colocando como um dos povos mais numerosos do continente. Destes, pelo menos 50 mil vivem no Brasil, 40 mil no Paraguai, 10 mil na Argentina e 200 mil na Bolívia. De um só povo que habitava as terras baixas das bacias do rio Paraná, Paraguai, Uruguai e costa atlântica, tiveram seu território dividido por interesses geopolíticos da Espanha e Portugal e hoje vivem separados por muros políticos e econômicos. Em cada país uma história e em cada história violências e negações de identidade e do direito à terra.

A conquista e demarcação das terras tradicionalmente ocupadas é o grande desafio desse processo de articulação continental. Menos de um terço das



Foto: Clóvis A. Briguente

terras estão demarcadas e grande parte das demarcadas são espaços minúsculos, que não oferecem condições de sobrevivência. A articulação Guarani dentro desse grande território teve início em 2006, com o I Encontro Continental que ocorreu na cidade de São Gabriel RS, palco do martírio de Sepé Tiaraju e de mais de 1500 guerreiros Guarani em 1776, na batalha de Caiboaté contra os exércitos de Espanha e Portugal. O II Encontro Continental aconteceu em Porto Alegre-RS, em 2007.

As lideranças reunidas em San Lorenzo desejam que esse processo não se resuma em apenas um encontro, mas que seja a retomada de um processo de luta e articulação desse povo por políticas públicas e garantia da aplicação dos direitos específicos em cada país e da aplicação da legislação internacional. A previsão é que o III Encontro Continental ocorra no Paraguai no segundo semestre de 2010. Uma nova reunião ficou agendada ainda para este primeiro semestre de 2010. ■

Registro do encontro realizado em 2009

Resenha

OS TAPUIOS DO CARRETÃO

Etnogênese de um grupo indígena do Estado de Goiás

Leda Bosí
Sedoc

O livro é a publicação da tese de doutorado defendida pela autora na Universidade Marc Bloch, em Strasbourg, França. Abrange uma visão histórica sobre a política de aldeamentos indígenas no Brasil e em Goiás, que se estende sobre um período de três séculos, até meados do século 20. Há uma análise da política de povoamento desse estado no último século, a onda migratória e os primeiros confrontos entre os Tapuios e segmentos da sociedade nacional. Seguindo, temos uma análise de como os Tapuios procedem para reconstruir sua organização familiar e social, a partir da autopercepção que têm de sua origem e da nova representação do parentesco, que legitimam sua ancestralidade e a posse de seu território.

Conforme a autora, é difícil precisar a origem étnica dos Tapuios. A rigor, Tapuío não poderia ser o nome de um grupo indígena determinado, por se tratar de uma denominação genérica, historicamente determinada. Trata-se de um vocábulo de origem tupi, que servia para denominar os indígenas que habitavam o interior do Brasil, no início da colonização portuguesa, no século 16. A partir do estudo da política indigenista e em especial sobre a história do povoamento e desenvolvi-

mento de Goiás, complementado com estudos já realizados por antropólogos e historiadores, Marlene concluiu que os Tapuios são o resultado de uma política de aldeamentos. No século 18 foi instalado o Aldeamento Carretão, desativado no final do século 19, para alojar os índios Xavante (que dificultavam a expansão branca) e levados outros grupos indígenas como Kayapó, Karajá e Xerente além de negros escravos que fugiam das fazendas coloniais. Com o passar do tempo, esses índios casaram-se entre si ou com negros escravos e brancos. Incorporando a língua e os costumes ocidentais, passaram a ser identificados pela população regional como mestiços. Tal população, que são hoje os remanescentes dos primeiros habitantes indígenas do Carretão, continua vivendo no mesmo local, identificada como Tapuios.

Se para os Xavante o alojamento compulsório no Aldeamento Carretão representou, inicialmente, uma rendição, e, posteriormente, uma resistência, pois conseguiram fugir do contato e manter até os dias de hoje sua especificidade etnocultural e lingüística, para os Tapuios o aldeamento representou o seu nascimento, a sua origem mitológica, a sua *etnogênese*, entendida enquanto processo de formação cultural e diferenciação social. Embora pudesse ser mais natural que os atuais habitantes de Carretão procurassem se identificar com os antepas-

sados Xavante, Kayapó, Xerente, Karajá, preferiram imaginar que o Aldeamento Carretão fosse um momento mítico. O grupo atual que habita a Área Indígena Carretão, localizada nos municípios de Nova América e Rubiataba, Goiás, é, assim, uma conjunção desses quatro grupos indígenas, todos integrantes do mesmo tronco lingüístico Macro-Jê, além de negros e de brancos.

Assim, a análise sobre a *etnogênese* da comunidade tapuíia, se firma num processo de emergência histórica gestado a partir dos cruzamentos interétnicos, que deram lugar a novas categorias sociais e, ao longo de dois séculos de miscigenação no Carretão, deu-se o nascimento de um novo grupo orgânico de indivíduos: os Tapuios. O que a autora nos mostra no decorrer do livro é a história da reinvenção de um povo.

O ressurgimento dos Tapuios no cenário indígena brasileiro, na década de 1980, não é um caso isolado do conjunto da sociedade nacional, mas faz parte de uma luta desencadeada pelos grupos indígenas considerados “aculturados”, para a revitalização de suas tradições. Esse processo vem ocorrendo no Brasil a partir da década de 1940, sobretudo na região Nordeste. Em Goiás, os Tapuios são o primeiro grupo indígena a reivindicar sua identidade étnica que não era oficialmente reconhecida.

Além de uma rica bibliografia, temos nos anexos mapas da localização da



Marlene Castro Ossami de Moura
UCG, Goiânia, 2008
368 p.

área indígena Carretão e dos aldeamentos oficiais goianos, fotos de famílias Tapuíia e dos entrevistados ouvidos por Marlene.

O trabalho da autora significa, conforme suas palavras, um duplo compromisso: o compromisso acadêmico de apresentar e analisar com objetividade os dados colhidos, a partir de uma fundamentação antropológica, e o compromisso político e humano com as lutas dos povos indígenas no Brasil, ao lado dos quais está trabalhando há mais de 30 anos inicialmente com a então Prelazia do Acre e Purus, por meio do CIMI, na década de 1970, e em seguida no Secretariado Nacional da entidade, em Brasília. A partir de 1985, no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. ■

Os povos indígenas e a necessidade de demarcação das terras!

A demarcação das terras é condição necessária à sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. Por isso, esta tem sido a sua reivindicação ao longo das décadas. Assegurar o direito à terra significa garantir que as diferentes formas de viver (alternativas ao capitalismo) continuem existindo. Além disso, a demarcação das terras indígenas possibilita a manutenção de importantes ecossistemas e o fortalecimento de conhecimentos tradicionais milenares.

Em diversas regiões do país, os povos indígenas convivem com variáveis biomas, tais como a floresta tropical, a mata atlântica, o cerrado etc. Eles desenvolvem formas próprias de lidar com o meio ambiente e desenvolvem um amplo e complexo conhecimento sobre a utilização dos recursos naturais sem sua exaustão. Estes conhecimentos garantem a manutenção de nascentes de rios, da flora e da fauna, que asseguram a vida na mãe terra.

Neste sentido, a garantia dos direitos territoriais indígenas, bem como a proteção e fiscalização dessas áreas por parte do Estado brasileiro são fundamentais. No entanto, no âmbito da atual política indigenista e das concepções desenvolvimentistas do governo federal, estas não são as prioridades e muito menos os interesses que contam, uma vez que as metas de desenvolvimento são estabelecidas a partir da exploração indiscriminada dos recursos ambientais, hídricos e minerais.

De acordo com dados do Cimi, 988 terras são reconhecidas como indígenas no Brasil. Destas, apenas 366 encontram-se regularizadas. As demais terras têm pendências administrativas ou jurídicas, sendo que 323 sequer tiveram os procedimentos de demarcação iniciados.

Nosso apoio e solidariedade aos Povos Indígenas!

Para a consolidação de novas formas de relacionamento entre as pessoas, entre povos e culturas, e com a natureza é necessário repensar os valores, os conceitos, os preconceitos e as concepções de vida. Faz-se necessário abrir os olhos e corações para perceber que as diferenças não são ameaçadoras, ao contrário, são uma grande riqueza em termos de possibilidades de existência humana.

Cultivar o espírito solidário e não admitir a submissão, o desrespeito, o preconceito, a injustiça praticada contra qualquer ser humano é condição primordial. Precisamos nos comprometer com a solidariedade, porque esta gera dignidade, justiça, respeito, amor e paz. A solidariedade estimula a busca pela dimensão do bem viver. A existência das diferenças enriquece a todos e fortalece as convicções contra a imposição de uma cultura única, de um modelo de desenvolvimento que aprofunda as desigualdades.

Na Semana dos Povos Indígenas poderemos pensar em diferentes maneiras para apoiar as lutas dos povos indígenas, de modo especial pela defesa de seus direitos à terra, à vida. Junto com a Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010 “denunciamos a perversidade de todo modelo econômico que vise em primeiro lugar o lucro, sem se importar com a

desigualdade, miséria, fome e morte” (n 104). Além disso, podemos reconhecer nestes povos os ensinamentos que apontam para a construção de um projeto de sociedade calcado no respeito à vida em toda a sua plenitude e aos distintos modos de pensar das comunidades, povos, nações.

O tema “Terra: Mercadoria ou Vida?” nos convida a compreender e a contribuir com as lutas dos Povos Indígenas, de maneira concreta, pela garantia e proteção de suas terras e pela estruturação de uma política indigenista voltada aos direitos, anseios, necessidades das comunidades indígenas. Nosso apoio será necessário quando forem iniciadas as discussões no Congresso Nacional em torno do projeto de lei do Estatuto dos Povos Indígenas.

As lutas dos povos indígenas também nos convocam a assumir a defesa do meio ambiente, resistindo e reagindo contra os projetos que causam destruição e morte, como são os casos das grandes hidrelétricas do rio Madeira, de Belo Monte no rio Xingu, e a transposição das águas do rio São Francisco, que beneficiarão especialmente os grandes produtores de energia e do agronegócio.

O que se propõe, enfim, é que juntemos nossas forças, nossos anseios, nossas esperanças, nossas capacidades e talentos para pensarmos num outro modelo de sociedade. “É missão das comunidades cristãs dar testemunho de solidariedade e educar os incluídos na sociedade da abundância e do consumismo para que valorizem o ser humano na sua dignidade e não nas aparências e adquiram espírito crítico em relação à propaganda” (CF 2010, n. 112).

As alternativas lançadas pela Semana dos Povos Indígenas e a Campanha da Fraternidade – “Mercadoria ou Vida?” ou “Servir a Deus ou ao Dinheiro?” - podem estimular o debate em torno do impacto dos projetos desenvolvimentistas sobre os territórios indígenas. Precisamos ter clareza nas escolhas socioeconômicas e nas opções políticas para assegurar não só a reciprocidade, o respeito aos povos e suas culturas e o “bem viver” dos povos indígenas, mas a nossa própria sobrevivência.

Os povos indígenas são os nossos benfeitores. A sua luta revela uma nova racionalidade de esperança no mistério da vida, uma racionalidade articulada com simplicidade, veracidade e solidariedade. Em suas utopias culturais, que se somam aos projetos de vida de outros povos, convidam a humanidade para suspender a marcha ao abismo ecológico, abandonar o delírio desenvolvimentista, sair da prisão das necessidades e da competição do mercado total; enfim, nos fazem novamente sonhar o prazer da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Seus projetos são “leituras do mundo” e “projetos de vida”. A vida é dom, e como tal, herança do passado, e tarefa a ser realizada; é dom gratuito e tarefa responsável. Os povos indígenas nos fazem pensar a essência da vida como dom na contemplação do crepúsculo na beira de um rio, na luta pela terra e no olhar do irmão cuja promessa do “vir a ser” se torna palpável em nosso servir. ■



Xavante/MT – Foto: Ronaldo Nina/arquivo Cimi



APOIADORES

caritas



PORANTIM